31 de Agosto 2020 Segunda-feira



APESAR DAS GARANTIAS DA EMIS

**Bancos suspeitam** de dificuldades de aderência das novas notas Pág. 9



DOCUMENTOS ALERTAM PARA RISCOS DE RETALIAÇÃO

# Rússia, União Europeia e EUĀ pressionam Angola a rever restrições à importação

COMÉRCIO. Alguns dos gigantes do comércio mundial exigem que Angola reveja o decreto presidencial, aprovado no ano passado, que prevê restrições à importação de pelo menos 54 produtos, no quadro do Prodesi. Rússia, Estados Unidos, Canadá, Brasil e União Europeia argumentam com a violação de regras comerciais. Documentos a que o VALOR teve acesso revelam que, dentro Ministério do Comércio e Indústria, também há divergências quanto à posição do Governo e alertam para vários perigos. **Págs. 4 e 5** 



# **"Atraso nas** divisas descredibiliza empresas"

Págs. 10 e 11



EX-GESTORES DEFENDEM

'Caso São Vicente' exige auditoria à Sonangol Pág. 24



POLÍTICAS PÚBLICAS CRITICADAS

**Empresários** alertam que não é papel do Governo criar empregos

# **Editorial**

# O BNA E A CONSTITUIÇÃO

ualquer ideia que venha no sentido do asseguramento ou do reforço da autonomia do Banco Nacional de Angola faz todo o sentido. E, mais do que por razões económicas, fá-lo por motivos marcadamente políticos. É, em parte, o histórico e o contexto político de desrespeito às instituições que têm justificado algumas das crises reputacionais que volta e meia atingem a imagem do país. A todos os níveis.

O que continua a verificar-se na justiça é disso exemplo. A figura das 'ordens superiores' mantém-se, o que significa que, em termos genéricos, quem está à frente das instituições se limita a cumprir o que o chefe determina. E, como se sabe, a intervenção das ordens superiores na justiça não é uma violação qualquer. Tem a particular gravidade de interferir nas decisões de órgãos soberanos dos quais se espera

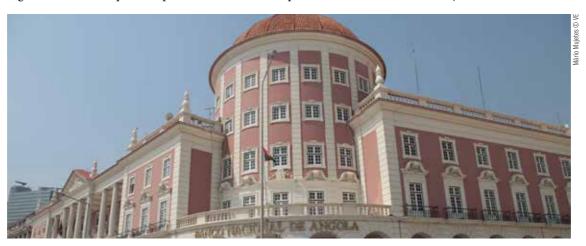
o mínimo de decência, para não escrever independência.

A proposta da equipa de José de Lima Massano no sentido de ver reduzida a influência do Governo na gestão do BNA deve ser, por isso, acolhida. Mas há alertas que refreiam, desde já, os entusiasmos mais efusivos. No actual contexto e em relação ao que é estrutural, qualquer ideia que distancie o Governo, face ao banco central, não deve passar de mero fogo de palha. E a explicação está na Constituição.

No número um do seu artigo 100, a Constituição estabelece que o Banco Nacional de Angola participa da definição da política monetária, cambial e financeira. Isso significa rigorosamente que o BNA não tem o poder de decisão sobre as matérias que conformam as suas principais áreas de actuação. A decisão continua e continuará a ser do Governo ou, mais especificamente, do Titular do Poder Executivo. A excepção é se o BNA conseguir convencer o Palácio da Cidade Alta e a Assembleia Nacional a aprovarem uma lei

que contrarie a Constituição. Mas, admitindo teoricamente que isso seja impossível, José de Lima Massano ou quem estiver no cargo continuará a receber as linhas mestras de João Lourenço ou, mais propriamente, de Manuel Nunes Júnior ou de quem estiver no cargo.

No fundo, não é suficiente alterar o tempo de cada mandato do governador do BNA para retirar o banco central da alçada dos ciclos políticos. A ideia que se tem de autonomia para um banco central deve passar necessariamente pela alteração do texto constitucional que obriga os responsáveis do BNA a receberem o guião do Governo. E tudo isso deve ser entendido no contexto do país em que nos encontramos. Não colhem, pois, as comparações que sugerem a existência de bancos centrais que dependem de governos e que, ainda assim, funcionam com suficiente nível de autonomia. A cultura da governação em Angola está longe de perceber a importância do respeito das regras, das leis e das instituições.





# FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco

e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló **Colaboradores:** Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15 GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel **Departamento Comercial:** Geovana Fernandes

**Tel.:** +244941784790-(1)-(2) **N° de Contribuinte:** 5401180721

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

**Endereço:** Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;

222 320511 Fax: 222 320514 **E-mail**: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

# A semana

PERGUNTAS A...



**JOAQUIM DE FREITAS,** presidente do Sintesap

Como vê o impacto da covid-19 nas empresas de segurança? A situação é de grande preo-

A situação é de grande preocupação, porque as empresas, nesta altura, são equiparadas aos órgãos de segurança e ordem interna. Estão vulneráveis, porque as entidades empregadoras também não podem fazer muito numa altura em que os clientes estão com dificuldades de pagar. E, para não variar, ainda não se fez um teste massivo a esse grupo.

# Não há despedimentos no sector?

É o sector que mais despedimentos regista neste momento. As empresas declaram falência e os efectivos são abandonados à sua sorte. Só no último trimestre, tivemos 1.200 despedidos. Outros estão em situação de fim de contrato com aviso prévio, mas ainda não temos os dados definitivos.

### Qual é o papel do sindicato para acautelar a situação dos afectados?

Estamos a procurar soluções junto da Inspecção-Geral do Trabalho e do Tribunal do Trabalho para salvaguardar as regalias e as condições de trabalho dos efectivos abandonados. É um exercício difícil, mas vamos à luta por ser a nossa obrigação.

Estado anuncia a arrecadação de 31 mil milhões de kwanzas, com a alienação de 14 activos no país e no estrangeiro, no quadro do Programa de Privatizações (Propriv), desde 2019 Abril deste ano.

Ex-secretário do Partido de Renovação Social (PRS) da Lunda-Norte, Agostinho Muaía, abandona a formação política, por alegada violação dos estatutos por parte da direcção de Benedito Daniel

**DUARTA - FEIRA** 



### **SEGUNDA-FEIRA**

Agência Nacional de Petróleo Gás e Biocombustíveis (ANPG) lança o concurso público, para o desenvolvimento de campos marginais de petróleo em Angola. Podem participar entidades nacionais e estrangeiras e o prazo vai até 30 de Setembro.

Centro de Integração de Segurança Pública (CISP) anuncia a activação de um sistema de bloqueio e integração à lista negra a todos os terminais telefónicos de pessoas que ligarem de forma abusiva ao número de emergência 111.



Sonangol abre um concurso público para a venda do Hotel de Convenções de Talatona (HCTA), de cinco estrelas. A unidade hoteleira foi financiada pela petrolífera num investimento de mais de 200 milhões de



Supostos meliantes no município do Cuvango, na Huíla, queimaram cerca de 40 hectares com plantações de ananás, banana e laranjas da coopertiva Santa Rita. Os prejuízos ainda estão por se determinar.



Banco Nacional de Angola (BNA) anuncia que prevê colocar à disposição dos bancos comerciais 200 milhões de dólares durante o mês de Setembro, repartidos em oito sessões de 25 milhões de dólares cada uma.





PETRÓLEOS EM LENTA RECUPERAÇÃO...

O petróleo começou a semana com quedas ligeiras na negociação, rapidamente recuperou com a reabertura das instalações de produção e refinarias atingidas na semana passada pelo furação Laura. O brent, referência às exportações angolanas, registou uma subida de 0,5%, ao negociar a 43,20 dólares, depois de terminar a semana anterior nos 45,05. Enquanto o WIT, subiu 0,5%, ao negociar 43,20 dólares.



OURO, PRATA E COBRE SEGUEM ANIMADOS...

O ourou iniciou a semana a subir 0,00%, ao negociar as entregas para Dezembro a 1.974,90 dólares por onça troy. Ao passo que a prata negociou as entregas para o mesmo período a 28,512 dólares por onça troy, correspondendo um aumento de 2,60%. A mesma tendência teve o cobre, registou aumento de 1,34%, negociou 3,0350 dólares por libra-peso.

# Economia/Política

IDEIA É ARRASADA EM DOCUMENTO INTERNO DO MINISTÉRIO

# EUA, Rússia e União Europeia pressionam Angola para rever decreto que impõe restrições

COMÉRCIO. Alguns dos 'gigantes' membros da OMC estão a pressionar Angola por causa de um decreto aprovado em 2019. Mas o país insiste e quer impor restrições de importação a 54 produtos, apesar de um documento interno do Ministério do Comércio e Indústria alertar para os perigos, entre os quais, aumento dos preços, falência de empresas e escassez de produtos.

Por Isabel Dinis

ngola tem vindo a sofrer pressões de membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre os quais alguns dos 'gigantes' mundiais, por causa do decreto presidencial que implementa o Programa da Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (Prodesi), em vigor desde Janeiro de 2019.

EUA, União Europeia, Rússia, Canadá e Brasil contestam as restrições que Angola quer



implementar em 54 produtos, com o argumento de violarem algumas das regras comerciais multilaterais. Os cinco membros explicam que as restrições "prejudicariam os laços comerciais, de investimento e desencorajariam as empresas a operar em Angola".

O assunto está a ser acompanhado pelo comité de acesso aos mercados da OMC e alguns embaixadores acreditados em Angola já exigiram esclarecimentos ao Governo.

O VALOR sabe que, internamente, o ministro do Comércio e Indústria recebeu alertas de especialistas da casa, com relatórios que explicam as "inconformidades" da medida e sugerem os caminhos que o país deve seguir para proteger a produção nacional sem atropelar as regras da OMC, da qual Angola faz parte deste 1996.

Apesar das criticas e alertas, entretanto, o Governo aprovou,

recentemente, a restrição total da importação com recursos a divisas do tesouro nacional de alguns produtos, cuja capacidade já responda à necessidade de consumo do mercado nacional.

As restrições destinam-se a alguns produtos como o massango, massambala, batata-doce, alho, cebola, cenoura, feijão, amendoim, tomate e água engarrafada.

Em comunicado, o Ministério do Comércio e Indústria garante que a medida está "devidamente alinhada aos instrutivos da OMC". E que o seu objectivo é "incentivar e apoiar a produção nacional, sem prejuízo da importação do diferencial em falta ou de produtos e equipamentos cuja produção local não satisfaça a procura interna".

# DOCUMENTO ARRASA COM A PROPOSTA

Num documento interno a que o VALOR teve acesso, o ministro é alertado que o decreto sofre de "incongruências juridico-técnicas" que tornam a sua aplicação "uma tarefa herculeana". Além disso, conclui, se o Governo levar por diante as restrições, causará "efeitos negativos", como o aumento de preços, "por causa da escassez nos mercados", "ruptura nos stocks de produtos da cesta básica", "falência de empresas e despedimento dos trabalhadores" e ainda "outras consequências causadas pela escassez de produtos".

A proposta de se reintroduzir a inspecção pré-embarque, a ser concretizada pela AGT, merece também nota negativa dos especialistas do próprio Ministério. No documento, pode ler-se que se trata de uma "nova barreira não tarifária" que "só provocará despesas suplementares para os operadores económicos e, consequentemente, encarecerá os produtos para o consumidor nacional".

A medida é semelhante a que foi tomada em 2019 com o decreto presidencial que serve de base para a implementação do Prodesi e que, na altura, mereceram fortes críticas dos membros da OMC e um 'puxão de orelhas' a Angola.

Segundo informações a que o VALOR teve acesso, em reunião do Conselho de Comércio de Mercadorias, que monitora a implementação do GATT (Acordo Geral sobre as Tarifas Aduanei-

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA aprovou despesas de mais de 42,2 mil milhões de Kwanzas, equivalentes a 72 milhões de dólares, e a abertura do concurso público para o fornecimento de bens alimentares para o Ministério do Interior e reclusos de todo o país, para os III e IV trimestres de 2020.

ras e o Comércio), ficou acordado que quaisquer restrições quantitativas (entendidas como tectos específicos que limitam a quantidade ou o valor de mercadorias que poderão ser importadas ou exportadas num período de tempo) somente entrariam em vigor até 2022 após investigações e outros procedimentos respeitando as regras da OMC.

No encontro, que aconteceu a 11 e 12 de Junho, a delegação dos EUA declarou que existiam "informações confusas" de como se aplica o decreto que dá as bases do Prodesi e que os produtos agrícolas sofrem atrasos nas fronteiras. Foram feitos apelos para que o Governo revisse o decreto com base nas regras da OMC.

### INSISTÊNCIA DE ANGOLA

A delegação de Angola, em resposta, contraria as alegações dos cinco membros e ressalta que o decreto não impõe nenhuma restrição à importação de produtos aos operadores internacionais e apenas disciplina as regras da cadeia comercial de bens. Para Angola, o decreto define quem, entre a figuras de produtor, grossista, retalhista e consumidor, terá o direito de importar. O Governo lembra que, no passado, o retalhista e o consumidor faziam parte da cadeia de importadores, atitude que era tida como correcta.

No decreto que dá as bases ao Prodesi, previa-se a aplicação de medidas restritivas de 16 produtos agrícolas e industriais a partir de 2022. O decreto era apontado, internamente, por especialistas do Ministério como podendo causar mais entraves e burocracias do que o pretendido por este Governo.

Foi reintroduzida a inspecção pré-embarque para fins de classificação tarifária e avaliação aduaneira. Esta medida é considerada "um retrocesso e uma barreira não tarifária sem grande utilidade para a defesa comercial e viola o acordo sobre facilitação do comércio da OMC em vigor desde 2017".

Essa é a terceira vez que Angola tenta restringir as importações. As críticas já remontam a 2015. Nesse ano, Angola aprovou a imposição de quotas de importação de alguns produtos agrícolas quando a produção cobrisse 60% do consumo interno. A tentativa não teve sucesso devido às várias



Total	1 202 256,49	1 516 745,89	-20,73
Amboim	144,78	25 205,62	-99,43
Soyo	10 482,78	21 786,94	-51,89
Cabinda	38 213,28	36 291,89	5,29
Namibe	46 685,33	42 901,00	8,82
Lobito	148 163,58	211 221,13	-29,85
Luanda	958 566,73	1 179 339,31	- 18,72
	l trimestre 2018	I trimestre 2017	Variação %

# Aplicação em casos excepcionais

## A notificação à OMC deve conter:

- a) ramo de produção, existente ou nascente, para o qual a protecção é necessária
- b) natureza da medida restritiva prevista aumento de direitos aduaneiros,
- além dos direitos consolidados, restrições quantitativas à importação ou introdução de um regime de licenças
- c) razões pelas quais as restrições à importação não são viáveis
- d) explicar as dificuldades particulares encontradas para o desenvolvimento do ramo de produção devido à importação

respostas de parceiros comerciais como a União Europeia, EUA, entre outros. As reacções destes parceiros obrigaram o Governo a recuar e a deixar cair as medidas.

Durante o segundo exame da política comercial, realizado em Setembro de 2015 em Genebra, o Governo foi duramente criticado, tendo sido aconselhado a respeitar os compromissos assumidos. Os membros chegaram mesmo a exigir a abolição do decreto.

## RESTRIÇÕES SÃO EXCEPÇÕES Na história da OMC, alguns membros já aplicaram algumas das restrições previstas nos

artigos do GATT, invocando dificuldades financeiras. As medidas passaram por restringir as importações ou introduzir uma sobretaxa especial sobre direitos aduaneiros para determinados produtos.

Alguns especialistas aconselham que Angola, para a aplicabilidade das medidas dentro do Prodesi, opte por uma de duas possibilidades: ou corrige o decreto para estar de acordo com as normas da OMC, ou elabora um outro instrumento justificando as restrições de acordo com o artigo XII do GATT, que dá a possibilidade de fundamentar as restrições com a baixa das Reservas Internacionais Liquidas (RIL), combinando com o artigo XVIIIb, que limita a

medida restritiva por um período de dois anos, após os quais Angola apresentará um relatório sobre a melhoria da situação financeira. Em caso de melhoria, é dada por finda a restrição. Caso contrário, poderia solicitar uma prorrogação da medida para mais dois anos.

Uma alternativa apontada é não notificar até à realização do 3.º Exame da Política Comercial, previsto para o próximo ano, evocando a necessidade de assistência técnica para o reforço de capacidades em matéria de notificação.

Há mais de cinco anos, o Equador e a Ucrânia evocaram, com sucesso, o Art. XII do GATT de 1994 para justificar as restrições quantitativas. Foi em 2014 e 2015, mas em circunstâncias diferentes das de Angola. A Ucrânia, além de invocar o conflito armado com a Rússia, justificou a medida com o embargo comercial imposto por Moscovo, enquanto o Equador fez valer a catástrofe natural, um terramoto que danificou as infra-estruturas produtivas do país.

## GATT É O ARTIGO QUE COLOCA O PAÍS EM 'XEQUE' COM OUTROS MEMBROS

No artigo XI do GATT, salienta-se que são proibidas as restrições quantitativas às importações e exportações de uma maneira geral. As restrições quantitativas são entendidas como tectos específicos que limitam a quantidade ou o valor de mercadorias que poderão ser importadas ou exportadas num período de tempo.

O GATT admite que os países membros da OMC possam proteger os seus produtores contra a concorrência estrangeira. Mas a protecção deve obedecer a alguns princípios. Os países em desenvolvimento têm mais espaço em relação aos desenvolvidos, mas, antes de adoptar em quaisquer medidas, devem notificar a OMC.

Os países em desenvolvimento, como Angola, podem restringir provisoriamente as importações com o objectivo de promover o desenvolvimento da produção já existente ou ramos de produção nascentes. Mas é submetida a condições rigorosas.

A notificação deve ser feita antes de a medida ser tomada ou, em casos atípicos, após a entrada em vigor. Implementar medidas restritivas sem aprovação dos restantes membros pode provocar retaliações.

# Economia/Política

PROMESSA DE 83.500 EMPREGOS ATÉ 2021

# "Não é papel do Governo prometer x ou y empregos", segundo 'vice' da AIA

EMPREGO. Ministério do Trabalho Emprego e Segurança Social (MAPTSS) anunciou criar 83.500 empregos até 2021. Empresários criticam o anúncio por "não ser este o papel do Governo" e consideram "uma meta inalcançável".

Por Júlio Gomes

vice-presidente da Associação Industrial Angolana (AIA) afirma que a criação de postos de trabalho não deve ser anunciada pelo Governo, porque "esse não é o seu papel".

Para Eliseu Gaspar, a responsabilidade do Governo é criar condições para melhorar o ambiente de negócios, o que permite atrair investidores, cabendo às empresas a criação de empregos. "Não é papel do Governo prometer x ou y empregos. É o crescimento económico assente no funcionamento das empresas que garante um grande número de postos de trabalho", precisa Gaspar, assinalando que o "Governo deve prometer criar infra-estruturas e todas as condições para que as empresas se instalem e desenvolvam a sua actividade sem sobressaltos".

Na mesma lógica insiste que "uma coisa é entregar 83.500 kits de ferramentas diversas que, na sua maioria, vão parar ao mercado paralelo e outra é realmente criar empregos". O responsável da AIA nota que o MAPTSS tem espalhados pelo país vários centros de formação profissional "que não param de, supostamente, formar jovens", mas questiona os resultados desse sistema. "Já se fez o balanço de quantos jovens foram formados ao longo destes anos e quantos foram empregados? Gastou-se muito dinheiro na aquisição de kits de formação profissional que muitos deles estão no mercado informal", critica.

Também o empresário Fidelino Queiroz reprova o anúncio do Governo, considerando que, "na nossa economia, objectivamente, o que se tem visto é o aumento do desemprego, em consequência do colapso de muitas empresas, desde 2015, agravando-se a partir do início de 2018, com a entrada em vigor das medidas económicas do actual Executivo".

Para Fidelino Queiroz, as medidas tiveram "como efeito imediato



a redução brutal do consumo", face à desvalorização do kwanza, "que ultrapassa os 260%". Defendendo que "o consumo é o combustível da economia", alerta que, "quando se reduz o seu fluxo, há uma desaceleração, tal como acontece no motor de um automóvel".

Para se conseguir acelerar a economia, Queiroz sugere ser necessário "desmamar o Governo da mama gorda do endividamento para suprir os gastos com o funcionamento do Estado, para que se sinta forçado a abrir a economia e, daí, retirar as receitas fiscais para suprir as suas necessidades". "Isso forçaria outro importante actor a entrar em cena, que é o sistema bancário, que seria também desmamado do financiamento ao Estado e por uma ques-

tão de sobrevivência, teria de criar os mecanismos, para financiar a economia", comenta.

O empresário esclarece, no entanto, ser "necessária e urgente" a reposição do poder aquisitivo do salário, "pois o crédito ao consumo é normalmente o que ocupa maior parte da carteira de crédito dos bancos comerciais". "É urgente perceber que a economia tem uma mecânica própria, e tentar inventar é um risco muito grande", argumenta, concluindo que a geração de mais empregos depende essencialmente de se traçarem "políticas económicas sérias", que priorizem o interesse nacional, "sobre quaisquer outros", o que passa também por se acabar com "a sujeição do Estado às 'ordens superiores' dimanadas do partido".

O economista Sequeira Felino, por sua vez, duvida da meta estabelecida pelo Governo, lembrando que, "durante o tempo de estudo em Portugal e na África do Sul, nunca os governos destes países se pronunciaram nestes termos". "O que se está a passar aqui é um absurdo que demonstra uma deriva governativa", afirmou.

### **GOVERNO DEFENDE-SE**

O Ministério das Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) anunciou que, no âmbito do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (Pape), aprovado em Abril de 2019, o Governo vai criar 83.500 empregos, até 2021.

Teresa Dias, titular da pasta, afirmou que os postos de trabalho serão criados no quadro do Pape, cuja estratégia de operacionalização foi apreciada na 8.ª reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros. Uma estratégia que "apresenta um modelo de empregabilidade com padrões de qualidade de referência internacional", sendo o foco "a criação de empregos para jovens angolanos".

A ideia, segundo a governante, tem que ver com o fomento do empreendedorismo dos jovens, nos domínios técnico-profissional e de gestão de pequenos negócios, e contribuir para o processo de promoção da inclusão financeira, fiscal e social da juventude.

Segundo o ministério, o plano de acção, que também visa a "melhoria do rendimento familiar", está alinhado com os programas de apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi), de Reconversão da Economia Informal (PREI) e Integrado de Desenvolvimento do Comércio Rural (PIDCR).

O Pape, financiado pelo Orçamento Geral do Estado e o Fundo do Petróleo, surge numa altura em que o país continua a registar uma elevada taxa de desemprego que afecta sobretudo jovens, até 24 anos.

Por altura das eleições de 2017, o Presidente João Lourenço prometeu criar 500 mil novos empregos até ao final do seu mandato, em 2022. Tanto o 'vice' da AIA, como o empresário Fidelino Queiroz e o economista Sequeira Felino consideram "uma meta inalcançável", já que, como referiu Eliseu Gaspar, "o país continua nas mesmas práticas do passado" que afundaram a economia.



Agora tem mais uma oportunidade de abrir uma Conta Bancária Simplificada. Dirija-se a um banco comercial e abra uma Conta Simplificada, para fins pessoais ou comerciais.

**Para fins pessoais,** basta apresentar o bilhete de identidade ou um documento de identificação válido, uma fotografia e efectuar um depósito de **5.000 Kz**.

**Para fins comerciais,** efectue um déposito de **10.000 Kz**, apresente um documento de identificação válido, uma fotografia e a autorização da Administração Local para o exercício de actividade comercial num posto fixo.

Caso pretenda abrir uma conta simplificada **para fins comerciais com TPA**, deposite **20.000 Kz** e apresente a mesma documentação, Bilhete de Identidade e autorização da Administração Local para o exercício de actividade comercial num posto fixo.



COM UMA CONTA BANCÁRIA SIMPLIFICADA

O SEU DINHEIRO FICA MAIS SEGURO

E O SEU DIA-A-DIA MAIS SIMPLIFICADO.



# Mercados & Negócios

APRESENTOU PROJECTO A MAIS DE 30 EMPRESAS

# Empresa de recuperação de dívida negoceia com dois bancos

CRÉDITO. Sistema da empresa permite a recuperação de crédito de instituições não bancárias.

Por Suley de Mello

Positiva Bureau de Gestão e Serviços Financeiros, empresa especializada na gestão e cobrança de malparado, está a implementar um sistema para a cobrança de crédito de dois bancos.

Ao VALOR, Alcimere Noventa, directora de cobrança da Positiva, detalha que, após a apresentação do projecto a mais de 30 instituições, entre bancos e empresas prestadoras de serviços, dois já estão "com o processo bem avançado relativamente à instalação do sistema", e que "a

operação de cobrança já está a funcionar".

Este serviço, inédito em Angola, mas bastante usado pelo mundo, é caracterizado pela utilização de métodos específicos para negociar a dívida de maneira amigável.

De acordo com estatísticas do Banco Nacional de Angola (BNA), a taxa do crédito malparado fixou-se, em Fevereiro, nos 35,7%, correspondentes a 1,8 biliões Kz.

Para Alcimere Noventa, esta elevada taxa deve-se ao facto de "a maior parte dos bancos não possuir um sistema de cobrança", dei-

1,8

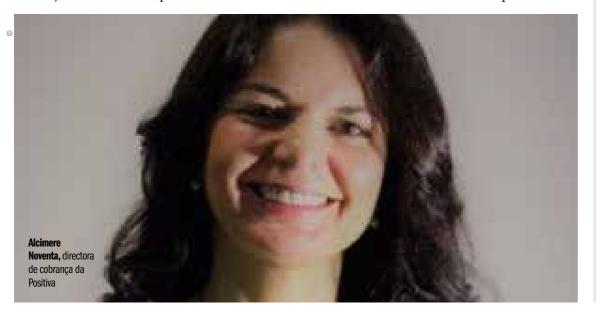
**Bilhões de Kwanzas**, valor do crédito malparado em Fevereiro, o que corresponde a 35,7%.

xando este serviço a cargo da área comercial, que "tem como principal função vender e não cobrar".

É precisamente por isso que a Positiva espera ter "sucesso", já que tem como "único e exclusivo" foco a cobrança e recuperação do crédito. "Toda a nossa energia é colocada nisso, nós não dividimos os nossos afazeres como é o caso dos bancos."

A empresa também actua na formação de pessoal e montagem de áreas e políticas de cobrança. E os ganhos só ocorrem em caso de sucesso na recuperação do crédito, sendo a empresa paga por comissão percentual que varia em função do tempo de vencimento do crédito, podendo ir dos 2 aos 30%.

A Positiva estima ainda lançar, em breve, estatísticas que revelem o percentual de recuperação de crédito nos diversos tempos de vencido, os principais motivos para a falta de pagamento, as formas de flexibilização mais aceites, entre outros que serão avaliados de acordo com o perfil dos devedores que recebem.





**EMIS DESDRAMATIZA RECEIOS** 

# Bancos temem que material de plástico dificulte multi-caixas a 'segurarem' novas notas

á uma forte possibilidade de existirem problemas de aderência da nova família do kwanza aos multi-caixas, devido ao material utilizado na sua produção, concretamente o plástico "que poderá estorvar" o normal funcionamento.

Estes são, pelo menos, os receios de diferentes instituições bancárias consultadas pelo VALOR. "Em relação ao tamanho, não haverá problemas como se tentou fazer crer no princípio e a Emis veio esclarecer e bem. O que poderá acontecer é problema de aderência. Como as notas são de plástico, o que vamos constatando é que as máquinas não devem estar devidamente preparadas. Mesmo já nas máquinas de contar nota--se esta dificuldade, estão constantemente a saltar", explicou um quadro sénior de uma das instituições bancárias, esclarecimento que, de resto, se assemelha ao de outros bancários.

Como apurou o jornal, os bancos ainda não ensajaram

as notas nos multi-caixas em cumprimento da orientação da Emis, que determina que as notas a serem introduzidas nos multi-caixas devem ser apenas as de mil kwanzas em diante.

Contrária aos receios dos bancos, a Emis garante não haver nenhum problema com as novas notas do kwanza nos terminais de pagamento, ou seja, os multi-caixas, "porque elas são perfeitamente adaptáveis ao equipamento". "Não registámos qualquer anomalia quanto à aderência dessas notas nos ATM", respondeu um executivo da empresa, esclarecendo que "os terminais podem ser carregados normalmente e dos ensaios, até ao momento, não recebemos nenhuma queixa".

O BNA já colocou em circulação mais de 20 milhões de kwanzas de notas de 200 da série 2020, uma semana depois do seu lançamento a 30 de Julho último.

De forma gradual, entram em circulação as notas de 500 kwanzas (17 de Setembro), de mil kwanzas (1 de Outubro), e 2.000 (11 de Novembro), de acordo com o calendário do Banco Central.



# Entrevista

ANTÓNIO CANDEIAS, PCA DA SISTEC

# "Atrasos com a obtenção de divisas afectam a imagem do país"

Considera que os atrasos com a obtenção de divisas afectam a imagem do país e descredibiliza a classe empresarial lá fora. Reconhece que o volume de negócios diminuiu 40% no primeiro mês da pandemia, ressalta, porém, que a procura por produtos tecnológicos aumentou 25%.



Por Manuel da Cunha

ue implicações está a ter
o isolamento
s o cial nos
negócios da
Sistec?

O volume de negócios diminuiu quase 40% no primeiro mês, imediatamente depois de ser decretado o estado de emergência, fruto das restrições de circulação, abertura de lojas, etc.

# E a procura não registou um contributo positivo?

Face à necessidade de isolamento social e de teletrabalho, entre (CONFIRMAR O MÊS) e Março do presente ano aumentou 25%, em comparação aos resultados em igual período de 2019. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura por produtos de natureza informática, essencialmente computadores portáteis, impressoras, routers, amplificadores de sinal wi-fi e câmaras para PC.

### $E\,quem\,s\~{a}o\,os\,vossos\,concorrentes?$

São muitos. Relativamente ao retalho, em que a localização da rede de lojas acaba por ser talvez o factor crítico para a fidelização de clientes é, seguramente, o sector com maior concorrência, tanto de nacionais como de estrangeiros. Estes últimos, muitos deles, chegaram a Angola há meia dúzia de anos. No que concerne à política de corporate, cujo mercado é mais segmentado, temos uma quota relevante com significativa pre-

sença na venda e fornecimento de equipamentos.

# Acredita no investimento estrangeiro?

Não obstante o capital ser cada vez mais transnacional, acredito sobretudo, em projectos bem estruturados e planificados, com previsões de receitas realistas e com planos de contingência capazes de se adaptar a uma realidade como a angolana.

# Acha possível produzir-se tecnologia em Angola?

Sim, é possível. Aliás, a Sistec (Sistemas, Tecnologia e Indústria), como a própria denominação formal indica, tem uma interessante experiência industrial. Recordo que, há mais de 20 anos, produzimos cofres e detínhamos uma linha de montagem de computadores, cujos componentes electrónicos vinham da China, com capacidade idêntica, ou mesmo superior, a computadores concorrentes de preço equivalente.

# O que aconteceu a essa linha de montagem?

Acreditamos que esse negócio, em particular, exige uma componente de serviços elevados com infra-estruturas eficazes de suporte, como água, energia e distribuição, para que se tenha o retorno financeiro investido, não bastando apenas pensar em tecnologia.

# De que tipo de tecnologias a empresa dispõe para apoiar os sistemas de saúde?

A nossa empresa participa no desenvolvimento da Appy Saúde através de um projecto tecnológico para a incubação de startups angolanas. Trata-se de uma aplicação que aproxima a população aos serviços de saúde que concentra informações sobre farmácias, hospitais, clínicas de todo o país, permitindo a compra de medicamentos, marcação de consultas, aquisição de planos de saúde, etc.

# A tecnologia tornou a prática da medicina menos complexa...

E mais acessível. A principal consequência real é o aumento global da esperança média de vida nas últimas três décadas.

# É inevitável recorrer a provedores externos para alojamento dos dados do país?

De facto, é inevitável, dada a dimensão de recursos necessários para garantir o actual nível de serviços. Seria demasiado oneroso para o Estado ou outras empresas nacionais assumirem esse serviço. Mesmo para uma organização como a Sistec que tem um data center.

# O Estado deve ser um rigoroso árbitro...

Naturalmente. O papel dos Estados é o de funcionar como árbitros e fiscalizar os provedores de comunicações electrónicas para que assegurem o bom uso, tra-

# Tem sido bastante difícil cumprir com os compromissos assumidos, tanto com os fornecedores, como com os clientes.



tamento e confidencialidade dos dados dos cidadãos.

# Tem encontrado resistência de alguns sectores da sociedade em partilhar ou comprar tecnologias de informação?

Há sempre resistências que, muitas vezes, até podem ser conjunturais.

### Por exemplo?

Olhe, há dois anos, o mercado do software de gestão estava muito desregulado, tendo sido melhorado em 2019 por causa da adesão ao IVA e a imposição da AGT na obrigatoriedade de se utilizarem programas certificados. Passamos a comercializar, com um moderado sucesso comercial, o nosso software de gestão, o ERP Eticadata, proporcionado um serviço de qualidade aos nossos clientes. De (CONFIRMAR O MES) a Março, renovámos mais de 70% do parque de clientes activo, registando um crescimento de 80% face ao período homólogo.

O agro-negócio já é atractivo para as empresas de tecnologia?

É um mercado com elevado potencial, particularmente em Angola. Temos sido solicitados para fornecer vários pequenos projectos ligados à agricultura, nomeadamente sistemas de irrigação e energias renováveis, cujo valor ronda, em média, 1,5 milhões de dólares.

# A obtenção de divisas continua a ser um 'quebra-cabeças'?

Este é um assunto crónico, transversal a todas as pequenas, médias e grandes empresas do nosso país, pois todos dependemos sempre O mercado do software de gestão melhorou por causa da adesão ao IVA e a imposição da AGT na obrigatoriedade de se utilizarem programas certificados.

O volume de negócios diminuiu quase 40% no primeiro mês, imediatamente depois de ser decretado o estado de emergência.

## PERFIL

Nascido no Huambo em 1952, António Candeias é contabilista, com actividade predominante nas áreas de Finanças e Logística. Durante anos, foi responsável pela organização, em Angola e Moçambique, da contabilidade de diversas empresas, designadamente nas áreas das pescas, agrícola, transportes, distribuição e obras públicas. Foi ainda responsável pela elaboração dos planos directores de Informática do Ministério da Juventude e Desporto e da Televisão Pública de Angola. EmFevereirode 2019, assumiu a presidência do conselho de administração da Sisrec, SA., da qual é quadro há 26 anos.

da importação de produtos. Os atrasos com a obtenção de divisas, por culpa dos bancos, afecta a imagem do país e descredibiliza as empresas nacionais junto dos fornecedores lá fora. Tem sido bastante difícil cumprir com os compromissos assumidos, tanto com os fornecedores, como com os clientes.

### Quanto ao crédito bancário?

Não trabalhamos com crédito, mas sim com capitais próprios.

# A crise forçou-vos a despedir trabalhadores?

Entre 2014 e 2019, a crise económica, que culminou com a desvalorização do kwanza, obrigou-nos a providenciar um plano de reestruturação que levou à saída de 545 trabalhadores, correspondente a cerca de 50% da nossa força laboral.

### E....

Quanto à crise da covid-19, actualmente, estamos a trabalhar por turnos, o que afectou a nossa produtividade. Contudo, não baixámos os salários. Dispensámos 11 trabalhadores, sendo nove por reforma e dois por comum acordo. O passo seguinte é a ambição de voltar a crescer já em 2021.

# Já foram identificados os possíveis negócios para os próximos tempos?

Estamos a fazer um investimento significativo na reestruturação da área comercial da Sistec com a total renovação de uma das nossas lojas do Maculusso, a qual será reinaugurada no final deste mês. No próximo mês, lançaremos também a nossa loja online. Será uma plataforma de comércio electrónico com mais de mil produtos disponíveis, melhorando a qualidade de serviço e reforçando a conveniência para os nossos clientes, com serviço de pagamento remoto disponível através de referência multi--caixa e também com a entrega ao domicílio.

# Como estão os centros de formação da Sistec?

Fomos forçados a encerrá-los, devido à pandemia. O único em funcionando é o de Luanda, ministrando unicamente acções de formação online. Temos centros de formação em Cabinda, Benguela, Huambo e Lubango. Existem há 29 anos e já formaram para cima de 50 mil pessoas, em mais de 41 áreas.

# **DEJURE**

JURISTA ALBANO PEDRO SOBRE DECISÃO DO TC

# Chumbo ao PRA-JA constitui "um escândalo" para o sistema judicial

JUSTIÇA. Causídico admite insuficiências no cumprimento dos procedimentos, ainda assim, defende não ser admissível que se vete a possibilidade de legalização de um partido. Albano Pedro não duvida que "um partido político de Abel Chivukuvuku venha criar embaraços ao MPLA e aos partidos na oposição".

Por Redacção

contínua rejeição da constituição do PRA-JA Servir Angola constitui "uma sonegação de um direito que é legítimo, o de exercer a actividade política, que está a ser relegado e posto em causa devido a meros expedientes formais pela administração da justiça".

O ponto de vista é do jurista Albano Pedro, que não entende que o Tribunal Constitucional apresente, de forma reiterada, o 'cartão vermelho' à formação partidária só porque não se completou este ou aquele requisito, quando, na verdade, são aspectos que podem ser devidamente corrigidos para se acautelar um direito que se quer preservar.

Num despacho de 27 de Agosto, o Tribunal Constitucional rejeitou o recurso extraordinário do pretenso partido político de Abel Chivukuvuku, justificando a medida com a violação ao plenário interposto pelo mandatário e coordenador da comissão instaladora do Partido do Renascimento Angolano-Juntos por Angola - Servir Angola, ao acórdão de 22 de Julho daquela instituição judicial. Com esta decisão, Abel Chivukuvuku está, para o TC, definitivamente impedido de inscrever qualquer denominação política nos próximos quatro anos.

De acordo com o despacho assi-



nado por Guilhermina Prata, juíza conselheira e vice-presidente do TC, verificando que o último recurso apresentado não existia no ordenamento jurídico-constitucional, ainda assim convidou o mandatário, Alberto Uaca, "para, no prazo de cinco dias, aperfeiçoar o requerimento apresentado, clarificando o tipo de acção que pretendia e juntar os documentos que achava pertinentes e necessários".

Albano Pedro, no entanto, classifica com "um escândalo" o posicionamento do TC, uma vez que "os procedimentos administrativos ou judiciais não podem pôr em causa direitos que estão a ser reclamados e exigidos e que sejam reconhecidos pelas instâncias judiciais". Defende ser "um princípio que, infelizmente, está a ser posto em causa com este processo que está a incidir sobre o PRA-JA."

O jurista admite até ter havido algumas insuficiências do ponto de visto do cumprimento dos procedimentos. No entanto, ainda assim, defende não ser admissível que, pelo facto de não se ter acautelado este ou aquele acto procedimental, se vete a possibilidade de legalização de um partido. Isso é que é um escândalo", insiste.

Segundo o TC, o mandatário do PRA-JA, ao invés de aperfeiçoar o requerimento, esclareceu que se tratava de um recurso extraordinário de inconstitucionalidade. O TC, por sua vez, explicou que podem ser objecto de recursos extraordinários de inconstitucionalidade "as sentenças dos demais tribunais que contenham fundamentos de direito e decisões que contrariem princípios, direitos, liberdades e garantias previstos na Constituição da República de Angola", acrescentando que, no

requerimento de aperfeiçoamento, o pedido e a causa de pedir apresentados pela formação "só se poderia inserir no capítulo sobre processos relativos a partidos políticos e coligações da Lei dos Partidos Políticos, onde se estabelece o regime jurídico de credenciamento, constituição e extinção de partidos políticos e comissões instaladoras".

Albano Pedro insiste que os actos procedimentais não podem pôr em causa os direitos que eles visam proteger e exemplifica. "Se um indivíduo, por causa de um procedimento que não observou, vê o seu direito coarctado, o tribunal não está a exercer a actividade jurisdicional tendente à justiça".

Com esse 'chumbo', no entanto, segundo o causídico, o PRA-JA não fica completamente imobilizado do ponto de vista judicial. Como passo a seguir, Pedro sugere uma solicita-

ção de esclarecimento sobre a fundamentação desses actos.

"Uma vez esclarecido esse fundamento pelo tribunal, se tiver acolhimento legal, o PRA-JA tem de se conformar com a decisão", avança o jurista, que também apresenta alternativas, caso não tenha acolhimento na lei. "Deve-se exigir uma indemnização ao Estado, uma vez que essas decisões criam danos e prejuízos. E o artigo 75.º da Constituição diz que o Estado responde pelos actos administrativos, políticos e até jurisdicionais, desde que se prove que esses actos foram praticados e criaram danos, porque não se pode ver Chivukuvuku como o único beneficiário dessa plataforma política", sustenta.

Segundo Albano Pedro, a formação pode solicitar um recurso de cassação no Tribunal Supremo. "Ou seja, embora seja uma decisão tomada com base no direito, ela viola flagrantemente o sentimento de justiça. Quando isso ocorre, o nosso sistema admite a possibilidade de um recurso extraordinário de cassação junto do TS, cujo objecto seria a violação do direito ao exercício do direito político".

Olhando para o mercado político, de acordo com Albano Pedro, "não é difícil perceber que o surgimento de um partido político de Abel Chivukuvuku constitui um embaraço tanto para o partido no poder [o MPLA], tanto para os partidos na oposição, que são praticamente todos 'fuscos' e, com o surgimento de um PRA-JA, muitos estariam ainda mais 'fuscos'."

## VISÃO DO TC

Para o Tribunal Constitucional, o PRA-JA Servir Angola "deveria ter aperfeiçoado e corrigido o requerimento, interpondo um recurso para o plenário referente a processos relativos a partidos políticos e coligações, nos termos da Lei do Processo Constitucional", o que, segundo o despacho de rejeição, o PRA-JA não fez". Segundo o TC o que foi apresentado "demonstra uma intenção clara de o PRA-JA Servir Angola, por intermédio do mandatário, de confundir o tribunal", considerando também "ambígua" a forma como foram expostos os argumentos, misturando questões processuais-constitucionais com questões criminais e outras de natureza executória.

De entre outros argumentos, o TC considera que o mandatário utilizou "expressões totalmente desenquadradas do contexto. Segunda-Feira 31 de Agosto 2020
Valor Económico 113

# Gestão

O FILME DE SUPER-HERÓIS MAIS LUCRATIVO DE SEMPRE

# Como vai a Disney gerir a morte do Pantera?

CINEMA. O actor Chadwick Boseman, que deu vida ao Pantera Negra, o maior sucesso da Marvel em registo e com mais de 1,3 mil milhões de USD de lucro para a Disney, morreu aos 43 anos. Com segundo filme previsto estrear em 2022, os olhos dos fãs estão pregados na Disney para ver como vai gerir a continuidade do legado Black Panther.



hadwick Boseman sucumbiu a um cancro do colón aos 43 anos e, para além de um rasto de vários milhões de fãs estarrecidos pela partida prematura, deixa um dilema à Disney, a dona da Marvel e do personagem que Boseman tornou num sucesso estrondoso a nível mundial.

Ao rei T'Challa, como aos outros heróis da Marvel, principalmente os bem-sucedidos, era expectável a continuidade da presença no grande ecrã, mas a sua morte, depois de o personagem se tornar mais do que um super-herói, uma super-referência para a representatividade africana, deixa a Disney com dificuldades de simplesmente o substituir. Mais, depois de se saber que o aclamado actor, que também fez



personagens como James Brown, filmou as quatro brilhantes presenças do rei de Wakanda, em filmes fisicamente exigentes como são os do Capitão América, ou dos Vingadores para além do próprio Pantera Negra em que foi o personagem principal, tudo entre sessões de quimioterapia. O cancro do cólon havia sido diagnosticado há quatro anos.

A propósito o ex-presidente americano Barack Obama escreveu "ser jovem, talentoso, e negro e usar esse poder para dar aos outros heróis a quem admirar e aspirar ser, fazendo-o na dor - que, uso dos anos que teve". O candidato presidencial Joe Biden acrescentou que Boseman "inspirou gerações e mostrou que podem ser o que quiserem, inclusive super-heróis".

Os apelos dos fãs para que a Disney não faça o re-casting para o personagem vão se amontoado à medida que as primeiras reac-



ções ao choque dão lugar a questionamentos sobre o segundo filme da série Pantera Negra, que iria estrear em 2022, e que Boseman ainda não tinha começado a gravar. No entanto, com um personagem ainda com tanto para oferecer ao público seguidor, e sobretudo, com um comprovado potencial de receitas avantajado no mercado mundial cinematográfico, a decisão de não voltar a trazer T'Challa aos ecrãs, parece pouco provável.

Depois de se tornar a terceira estreia mais bem sucedida, depois de Avatar e Star Wars, e de ultrapassar filmes icónicos como 'ET, o extraterrestre' como um dos mais rentáveis da indústria, o Pantera Negra quebrou estereótipos sobre a perspectiva de receitas previstas para filmes direccionados a comunidades minoritárias.

Alguns fãs sugerem que a coroa de Wakanda passe para as mãos de



Suri, a segunda personagem mais aclamada do filme e irmã do rei T'Challa, mas a maioria tende a pedir à Disney que não se vergue à procura do lucro com a tentativa de substituir o insubstituível Boseman no papel de Pantera Negra.

A Disney e a Marvel que choram a perda e se declararam ao lado da família e dos fãs de coração partido, mantem-se em silêncio sobre o futuro do personagem e têm uma decisão difícil pela frente. Enfrentar as críticas mais do que prováveis ou arriscar substituir um actor a todos os níveis difícil de equiparar, particularmente depois de se saber da batalha que travava quando trouxe T'Challa aos ecrãs.

Seja qual foi o caminho, a Marvel e a Disney lembram que o legado de Chadwick Boseman, esse, vai viver para sempre.

"Rest in Power Kind, Wakanda Forever" são as palavras de ordem. 14 Valor Económico Segunda-Feira 31 de Agosto 2020

# (In)formalizando

IMPACTO DO ENCERRAMENTO DAS FRONTEIRAS

# Maior abastecedor dos mercados informais sem stock

COMÉRCIO. Dificuldade no acesso às divisas e encerramento das fronteiras deixaram abastecedores do Kikolo desfalcados. Há dezenas de postos de trabalho em risco.

Por Guilherme Francisco

s comerciantes grossistas do mercado do Kikolo, o maior abastecedor dos mercados informais de produtos diversos, com destaque para os produtos de beleza, estão sem stock para responder à procura, face ao encerramento das fronteiras e consequentes restrições na importação devido à pandemia.

Ana Lourenço, comerciante de cabelos sintéticos, compra habitualmente o produto na Índia. Impedida de viajar desde Março, tem o stock completamente esgotado, o que a obrigou a operar somente no retalho com a "pouca quantidade que restou". Mas esta mudança levou a outra: a subida dos preços. Por exemplo, uma peça de cabelo indiano que custava anteriormente 25 mil kwanzas agora está 35 mil. Para revestir a cabeça toda, são necessárias quatro a cinco peças, o que obriga a gastos de entre 140 e 175 mil kwanzas, sendo possíveis descontos de acordo com o volume

Apesar desses ajustes, as diferenças face aos demais mercados

### **MEMORIZE**

O Na falta de divisas, a opção dos comerciantes tem sido as fronteiras. Um negócio lucrativo para muitos cidadãos de países que partilham a fronteira com Angola, particularmente congoleses democratas.

38

**funcionários** poderão perder emprego caso não haja reabastecimento do stock.

são notáveis. Fora do Kikolo, cada peça de uma tissagem indiana pode custar entre 50 e 75 mil

A comerciante pensa agora em arriscar optar pela China visto que é dos poucos países cujos produtos entram em Angola pela via marítima, embora mais demorado e com "custos elevadíssimos", sem contar com a luta pelas divisas. "Nesta fase, os que têm o stock um pouco reforçado são as colegas que fazem China, porque têm navios a atracarem no país. O grande problema é em quem confiar para comprar e mandar os produtos. Tudo fica ainda mais complicado com o preço do dólar", reclama, mostrando-se revoltada com os preços praticados pelas agências como DHL, que cobra mais de 60 dólares por quilo, contra os 40 anteriores à pandemia.

Há cinco meses sem conseguir comprar novos produtos, Joana

Tchilombo é outra comerciante que teme nos próximos dias juntar-se às muitas colegas em casa. Apesar de ter a opção pela China, considerada de alto risco, explica que o preço do dólar, a rondar os 85 mil kwanzas no mercado paralelo, afasta a possibilidade de entrar na "aventura" sob pena de falir. Se antes da pandemia aplicava de 5 a 6 mil dólares nas compras, sem contar os 1 milhão e 200 mil kwanzas de passagem, enco-

mendar sem conhecer alguém do outro lado do mundo fica ainda mais caro com as agências de frete e as altas taxas alfandegárias.

Ao contrário das duas comerciantes, José Nsimba, a actuar na venda de cosméticos e perfumes, olha com bastante preocupação o cenário. Já começou a vender os produtos dos seis contentores de reserva e, caso termine antes do fim da primeira semana de Setembro, os postos de trabalho dos 38 funcionários estarão em causa. Como calcula, a quantidade que tem disponível não terminou pelo facto de Luanda estar sob cerca sanitária, o que impede comerciantes de outros pontos do país efectuarem compras.

Ansioso por receber na primeira semana de Setembro alguns produtos retidos na China que, de alguma forma, poderão minimizar o défice, explica estar mais preocupado com os seis contentores de produtos diversos retidos no Brasil e na Índia.

Na eventualidade de o espaço aéreo continuar encerrado, num curto espaço de tempo se observará "falta gritante" de produtos diversos, como se nota já em mercados informais e lojas que dependem em grande parte do Kikolo.

## DIVISAS, A LUTA DE SEMPRE

Na falta de divisas, a opção dos comerciantes tem sido as fronteiras. Um negócio lucrativo para muitos cidadãos de países que partilham a fronteira com Angola, particularmente congoleses democratas. Vários angolanos deslocam-se à fronteira no sentido de trocar o kwanza pelo dólar a preços considerados mais atractivos que os praticados no mercado paralelo angolano, diante da burocracia das instituições bancárias. Por sua vez, os congoleses adquirem com o kwanza produtos de primeira necessidade em Angola.

Uma opção "altamente arriscada", como admite Ana Lourenço. Ainda assim, diz não ter escolha à semelhança de outras colegas que recorrem ao Congo ou à Namíbia. Com o encerramento das fronteiras, não sabe o que fazer para conseguir divisas já que o seu cartão visa está descarregado. O último carregamento efectuado data do ano passado e levou mais de quatro meses para ter o saldo "muito reduzido" para quem faz grandes compras no estrangeiro.





**DA NOITE PARA O DIA** 

**SUBSCREVA O DEPÓSITO** A PRAZO CRESCE+ E RECEBA **MENSALMENTE RENDIMENTOS ANTECIPADOS ATÉ 15,5%** 

Montante mínimo de AKZ 500.000,00 e sem montante máximo aplicável. Prazos: 90 dias (14,5%) e 180 dias (15,5%)

Mobilização (não permite) | Antecipação de juros aplicável apenas a novos fundos.



**LINHA DE ATENDIMENTO BIC** +(244) 923 190 870

www.bancobic.ao

de 15,5% em depósitos a 180 dias ou 14,5% em 90 dias, com pagamentos antecipados.



# **Opiniões**

# Estará a Unitel a preparar o caminho para Africell liderar o mercado?



ditor Executivo alor Económic

decisão de Isabel dos Santos deixar a administração da Unitel, sobretudo as razões evocadas, motivam questionar se os accionistas da operadora, da qual a Isabel dos Santos é parte, estão avisados sobre a necessidade de se preparem para uma maior concorrência com a entrada no mercado da Africell.

Os desaguisados entre os accionistas indiciam que os mesmos ignoram total e absolutamente a possibilidade de perderem o actual estatuto de número um do mercado da telefonia móvel.

Estando a Africell apenas no princípio do investimento para se instalar no país, pode parecer faltar muito para que a mesma venha eventualmente liderar o mercado. Pode parecer uma análise precipitada. A verdade é que este caminho pode tornar-se curto, dependendo de como a concorrência se vai posicionar.

E o facto de os accionistas da Unitel estarem cada um a remar para uma direcção pode fragilizar aquela que, à priori, seria a companhia mais difícil de ultra-passar pela Africell. Além disso, a companhia de origem gambiana, uma vez instalada no país, posicionar-se-ia como um potencial comprador da participação de 50% pertencentes a Sonangol e que são para vender no âmbito do programa de privatização.

É certo que os outros accionistas teriam direito de preferência, mas se o negócio avançasse violando-se esta cláusula, criando mais um conflito entre os accionistas, não seria a primeira vez. Foi assim quando a Portugal Telecom passou os seus 25% à brasileira Oi e voltou a ser assim no negócio que permitiu a Sonangol ficar com os 25% que estavam sob controlo da Oi.

Portanto, não seria novidade se a Sonangol, ignorando o acordo parassocial, vendesse os seus 50%, ou parte, à Africell. Não seria surpresa, sobretudo se se manter a relação actual entre a Sonangol e os outros accionistas, sobretudo Isabel dos Santos. A empresa pública certamente preferirá negociar com a Africell do que com os outros accionistas.

Portanto, pior do que a possibilidade dos accionistas da Unitel estarem a estender o tapete vermelho para o desfile de um concorrente, é a possibilidade de o mercado das telecomunicações vir a ser dominado por uma empresa de capitais estrangeiros correndo todos os riscos inerentes.





# Pagamento de salários de cidadãos não residentes cambiais em Angola



n**ês Galvão**, Manager EY, People Advisory Services

regime cambial em Angola tem sofrido actualizações constantes em virtude da necessária de supervisão das operações cambiais realizadas tanto por cidadãos, nacionais ou estrangeiros, como por empresas e demais pessoas colectivas.

Contudo, é no que respeita às operações cambiais solicitadas por cidadãos não residentes cambiais que nos centramos, hoje, para fazer referência ao recente Aviso n.º 17/20, de 3 de Agosto, do Banco Nacional de Angola.

Embora o presente Aviso venha

reforçar que os trabalhadores estrangeiros não residentes cambiais (incluindo, naturalmente, cidadãos titulares de Vistos de Trabalho), podem transferir os rendimentos obtidos ao abrigo do contrato de trabalho de Angola para o estrangeiro, conforme previamente estabelecido, vem, também, estipular que os referidos cidadãos devem ser titulares de uma conta bancária numa Instituição Financeira Bancária sedeada em Angola, na qual deverão ser domiciliados os seus rendimentos de trabalho.

Assim, é imposta a necessidade de os empregadores transferirem os salários dos trabalhadores para uma conta bancária em Angola, e não, directamente, para uma conta no estrangeiro, podendo os trabalhadores transferir a posteriori os respectivos rendimentos para o exterior.

O Aviso do Banco Nacional de Angola institui que os trabalhadores podem comprar moeda estrangeira para o efeito de transferir os seus rendimentos para fora do país; porém, haverá, com certeza, situações em que o empregador executa a transferência do salário, ainda que para a conta bancária do trabalhador em Angola, em moeda estrangeira. Na verdade, recordamos que a remuneração do trabalhador estrangeiro não residente será paga na moeda acordada entre o trabalhador e o empregador, podendo sê-lo em qualquer moeda.

O Aviso determina ainda que as Instituições Financeiras Bancárias estão obrigadas a verificar a existência do visto apropriado ao exercício da actividade remunerada e do contrato de trabalho devidamente aprovado pelo Ministério da Tutela, e respectivos prazos de validade. Deverão, igualmente, verificar que os créditos nas contas dos trabalhadores resultam de transferências directas do empregador e que os valores que o trabalhador pretende transferir estão em concordância com os rendimentos devidos ao abrigo do contrato de trabalho, além do cumprimento das obriga-

O presente Aviso entrará em vigor 30 dias após a sua publicação, isto é, dia 2 de Setembro de 2020.

O Banco Mundial estima que até 100 milhões de pessoas possam ser empurradas para a pobreza extrema como consequência directa da crise.

# Tornar a dívida soberana mais verde



presidente
da Iniciativa
Financeira para a
Biodiversidade

té agora, muitos países em desenvolvimento conseguiram evitar as elevadas taxas de infecção e mortalidade pela covid-19 verificadas noutras paragens. Embora essas possam ser as boas notícias, pelo menos no curto prazo, as más notícias é que se prevê que estes países venham a estar entre os mais duramente afectados em termos económicos.

O Banco Mundial estima que até 100 milhões de pessoas possam ser empurradas para a pobreza extrema como consequência directa da crise. E esta será apenas a ponta do icebergue, à medida que caem a pique as exportações dos países em desenvolvimento e implodem as pequenas empresas, as comunidades e os meios de subsistência.

As implicações fiscais são igualmente negativas, com as receitas fiscais em queda livre e os extraordinários aumentos da despesa pública. Do Bangladesh ao Brasil, os países em desenvolvimento tentam salvar as suas economias através da despesa pública financiada pelo endividamento. O pacote de estímulo fiscal de emergência da África do Sul no valor de 26 mil milhões de dólares, o maior na história do país, corresponde a quase 10% do seu PIB.

Poderá estar a preparar-se uma crise da dívida soberana. Globalmente, a dívida dos mercados emergentes subiu rapidamente até ultrapassar os 70 biliões de dólares. Este movimento foi alimentado por uma procura pela rendibilidade que durou uma década, num mundo de liquidez excessiva e de reduzidas taxas de juro, criado graças à solução adoptada para lidar com as repercussões económicas da



A reestruturação da dívida soberana é inevitável, pressagiando um período de sofrimento para todas as partes. Isso implica uma necessidade urgente de prestar apoio imediato e de conceber soluções de prazo mais longo para o problema da dívida.

crise financeira global de 2008: a flexibilização quantitativa. O peso da dívida nas denominadas economias de fronteira subiu para 3,2 biliões de dólares (114% do seu PIB conjunto),

comparativamente a menos de um bilião em 2005.

Por conseguinte, a reestruturação da dívida soberana é inevitável, pressagiando um período de sofrimento para todas as partes. Isso implica uma necessidade urgente de prestar apoio imediato e de conceber soluções de prazo mais longo para o problema da dívida.

Uma dessas soluções passaria por 'tornar verde' a dívida soberana dos países emergentes e em desenvolvimento. Isto far-se-ia associando o serviço da dívida de um país ao seu êxito na protecção ou no desenvolvimento do denominado capital natural: essencialmente, a biodiversidade das suas espécies animais e vegetais. Muitos dos países afectados são ricos em biodiversidade. Porém o seu capital natural está a ser cada vez mais ameaçado, nomeadamente pelas alterações climáticas.

O investimento no capital natural pode parecer indulgente. Mas se a dívida soberana dos países emergentes e em desenvolvimento fosse ajustada ao capital natural, isso poderia aligeirar as suas crises económicas, ao mesmo tempo que se reporiam e protegeriam activos críticos da biodiversidade como as florestas tropi-

cais, as zonas húmidas, os oceanos e as espécies ameaçadas, além da concretização de um crescimento sustentável da produtividade e de bens públicos globais.

Isto transformaria uma dolorosa necessidade numa tripla virtude. Primeiro, a disponibilização de taxas de juro mais reduzidas e de reembolsos do capital por troca de melhorias no capital natural dos países devedores aligeiraria as pressões fiscais imediatas. Segundo, as mesmas melhorias impulsionariam o crescimento sustentável da produtividade e da prosperidade nestes países, ao reforçarem o seu capital natural cada vez mais valioso. Terceiro, fazer isto num momento em que as taxas de juro estão em mínimos históricos proporcionaria uma solução barata para proteger activos naturais que são críticos para a segurança global, para o fornecimento de alimentos e para a luta contra as alterações climáticas.

Em resumo, existe hoje uma oportunidade convincente (na verdade, uma necessidade urgente) para desenvolver uma nova abordagem à dívida soberana, baseada no desempenho, que impulsione a recuperação económica e que desenvolva a

resiliência, através da melhoria da administração do património dos países em desenvolvimento, colocando o capital natural em paralelo com os activos financeiros.

Perto de 750 mil milhões de dólares em obrigações 'verdes' já se tornaram parte do panorama global da dívida. Os instrumentos de dívida com taxas de juro indexadas ao desempenho ambiental são um próximo passo óbvio. A análise de grandes volumes de dados consegue hoje proporcionar alicerces robustos para distribuir as métricas em tempo real necessárias ao desenvolvimento da confiança e para evitar jogadas de todas as proveniências.

São necessários paladinos e existem algumas escolhas óbvias. A China e a União Europeia, pioneiras ambientais na cena internacional, detêm uma porção considerável da dívida soberana dos países em desenvolvimento e têm uma influência considerável sobre outros detentores de dívida. Juntas poderiam impulsionar as conclusões da dívida soberana 'verde'.

Para que isto funcione, não precisamos de grandes iniciativas multilaterais nem de acordos coordenados. Com efeito, poderemos ter de evitá-los se pretendemos chegar rapidamente a acordos produtivos. Com o ambiente político adequado e com alguma intermediação técnica hábil, seria mais inteligente e mais rápido se os países com endividamentos importantes e ricos em biodiversidade e os seus credores chegassem a acordos individuais. A aprendizagem e os efeitos de rede, com alguns retoques, fariam o resto.

Os humanos são intrinsecamente incapazes de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, e os neurocientistas garantem-nos ser muito mais eficiente fazer uma coisa de cada vez. O contrário é verdadeiro quando se trata de gerir as nossas sociedades. Agirmos de forma a ajudar as comunidades e os países a minorar a crise económica, ao mesmo tempo que melhoram o capital natural e que proporcionam uma prosperidade económica positiva no longo prazo, é simultaneamente possível e necessário.

# **Opiniões**

# E agora pergunto eu...





escritor francês Alexander Dumas na semana passada. E. Alexandre dumas é o autor de um dos meus romances favoritos. O Conde de Monte Cristo. A obra é fantástica na densidade dos personagens e na capacidade de nos fazer viver o drama de Edmundo, que é acusado de um crime que não cometeu e tem a vida destruída antes de regressar para se vingar dos inimigos. Alexandre dumas é também autor dos três mosqueteiros cujas diferentes animações fizeram parte da infância de milhões pelo mundo fora, e, era um escritor prolífero de pecas de teatro e artigos que contam mais de 100 mil páginas escritas.

Dumas era de origem africana, facto que desconhecia quando li a obra. Apesar de ser frequentemente vítima de racismo na sociedade francesa de nariz empinado em que estava inserido, era tão brilhante que o génio tinha de ser reconhecido apesar do preconceito. Aos insultos respondia "sim o meu bisavô era macaco, quer isso dizer que a minha família começa onde termina a sua"genial. A propósito da singela homenagem do Google, fiquei a saber de mais tracos muito africanos do escritor como o facto de apesar de ser casado ter tido mais de 40 amantes e pelo menos quatro filhos ilegítimos, actividades



que provavelmente justificavam a falta constante de dinheiro apesar das obras renderem muito bem. Bem à africana não?

E claro, a propósito de celebração de históricos africanos, o aniversário do ex-presidente José Eduardo dos Santos, também marcou a semana. Parabéns para ele que habituado a horas de emissão de parabéns e de rios de tinta com o mesmo propósito, agora se vê apagado. E mais uma vez se vê o seu partido desconfortável e descompassado, como se viu pela altura da morte de Kundi Payama, até que o PR JLO dissesse "a perda de um nacionalista e etc". Até o chefe 'dar o apito de largada' ninguém no partido parecia saber bem se podia dar os pêsames ou chorar muito alto o 'malogrado' que passara a ostentar o rótulo, assim como o aniversariante da semana, de marimbondo. Uma 'saia iusta'.

Na semana passada gerou-se uma confusão de críticas que o MPLA decidiu comentar, demarcando-se de cartazes da celebração da Independência Nacional e que 'coavam' o aniversariante. Como se fosse possível apagar as quase quatro décadas de história do país em que ele liderou.

Se o barro atirado à parede tivesse colado, aí ficaria certamente, mas e agora pergunto eu a confusão entre os camaradas que fizeram os cartazes, coitados, não se justifica?

Vêm dizer, com muita certeza, que o partido está unido e que condena veementemente tentativas de dividir os militantes, mas assume-se também uma luta intestina, o combate, a guerra, e todas as expressões bélicas do costume, contra os marimbondos que são precisamente camaradas do partido (e não parecem ser poucos). Vêm dizer, com muita certeza, que o legado do JES é para ser preservado, mas foram 30 milhões de dólares para novas notas que também, como os cartazes, coaram a cara do homem. Vêm dizer que o emérito ocupa um lugar privilegiado na História de Angola e do partido, mas o emérito escreve a dizer que é absurdo acusarem-no de mandar transferir 500 milhões USD para roubar, e é ignorado completamente, desvalorizado, mais do que o Kwanza que todos os dias perde valor.

O chefe quando quer referir 'líder da nação e do partido' só refere Agostinho Neto. Como é que os próprios camaradas não vão ficar confusos? Como é que vão saber se podem ou não promover a cara do emérito, se o chefe o 'coa'? Imagino que deva estar muito complicado para quem faz o marketing dos camaradas. Se

poe cara corre o risco de antagonizar o chefe, se tira cara o partido demarca-se, enfim... Como é que vão saber em que pé é que estão? A confusão, o 'bilinguismo', são cada vez mais a norma.

A nível de política económica, a confusão que já era imagem de marca deu sinais de estar para ficar, e apesar de se ouvir falar de abertura dos mercados, de ambiente de atracção de investimento estrangeiro, da integração na SADC e afins, foram aprovadas medidas que são claramente protecionistas na semana passada.

Podem até haver justificações para o proteccionismo, assim como até poderá não haver nada de errado com as políticas de gestão do partido. Mas qualquer caminho que se escolha, o que quer que se faça, deve-se assumir com clareza.

Os produtos agrícolas que já têm produção interna não foram proibidos de importação, mas foi decidido, e bem na minha opinião, que quem quiser importá-los deve fazê-lo sem recurso a divisas do Estado que são poucas. Como o interesse dos importadores está geralmente no acesso às divisas do Estado, esses produtos vão desaparecer das prateleiras rapidíssimo e pode ser que isso ajude a criar soluções para escoar melhor a produção interna. Mas o problema do nosso proteccionismo está na falta da sua assumpção por parte de quem governa, na contrastante insistência com hábitos do capitalismo, como a importação de marcas estrangeiras por exemplo.

Vi online uma sugestão que vem um pouco neste sentido, a de que o Estado seja o primeiro a dar o exemplo de proteccionismo às suas indústrias e passe a consumir o que é produzido localmente, como por exemplo os automóveis produzidos em Angola, telemóveis, roupas que a nossa classe dirigente devia usar mais, e consumíveis por exemplo como sal, porque temos salinas. O exemplo deve vir do aparelho governativo que numa altura como esta deve cortar ao máximo com importação de tudo o que pode ser 'Made in Angola'. O exemplo deve vir do Estado, para ser o que diz ser e não transmitir confusões aos seus executores, e aos que os elegeram, porque até agora as confusões estão instaladas.

Segunda-Feira 31 de Agosto 2020
Valor Económico 119

Regista-te





Edição 223 Partilhas 513 Likes 41

A entrevista da empresária Filomena Oliveira na edição 223 do Valor Económico continua a merecer acesos debates em fóruns online com destaque para o dos Gestores e **Empreendedores** Angolanos. Para além de afirmar que se vão torrar 40 milhões de USD na contratação da Bloomberg, que se vai somar à contratação da Euronews, a especialista assevera que essas campanhas não trazem resultados porque "é nos serviços de inteligência corporativa e de ambiente de negócios dos relatórios das embaixadas enviados aos governos que os investidores são motivados, não em campanhas de publicidade".

> Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoalizadas são editadas para publicação.

> > Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

# Facebook/Comentários



## Guida M. Teixeira

Filomena Oliveira o meu aplauso às suas palavras. Gastar um patacão com Bloomberg quando o problema de credibilidade é nosso?



### Lídia Fernanda

Depois surge a frase "Não Gostei Nada" By: João Lourenço



### Filipe Oliveira

Eu já havia dito antes, o ministro da Economia carece de ideias, por isso tem que recorrer a estas campanhas. Para quem vê a Euronews já é visível esta campanha. Este tipo de política deixa-me assustado porque fica claro que o governo acredita que adopta as políticas correctas e pensa que uma campanha de marketing é suficiente para atrair investidores estrangeiros, quando o ministro não consegue melhorar o quadro do "Doing Business", Angola na posição 173 em 190 países. A senhora Filomena de Oliveira tem razão mas concorda com a estratégia de marketing desde que realizada por empresa angolana e de acordo com a lei



### Flavio Inocencio

E tem razão. O Executivo deve concentrar-se na melhoria do ambiente de negócios. Isso é que objectivamente pode atrair investimentos.



### Adilson Guimarães MrDux

Hamilton Neto

os ganhos serão a médio e longo prazo. A taxa de desemprego atual ronda aos 32%. Mais investimentos estrangeiros vão gerar novos postos de trabalho e menos pobreza. A Bloomberg produz informações e análises em grande escala e de todos os sectores q possas imaginar. Logo acredito ser uma escolha acertada.



### **Hamilton Neto**

Adilson Guimarães MrDux

hoje os investidores estão atentos e arriscam menos a Bloomberg não vai inventar informações, na Ásia onde esta os países mais atrativos não conseguiram esse feito por causa da Bloomberg mais sim com políticas públicas para melhorar o ambiente e temos os critérios da Doing Business primeiro é preparar as condições depois é chamar a Bloomberg.



### Adilson Guimarães MrDux

**Hamilton Neto** 

se te focares só nas estatísticas sem constatar o que é feito na prática, vais te perder! Cá no nosso país há um grande défice de produção e divulgação de estatísticas o nosso país é praticamente virgem, há carência de tudo um pouco e a isso eu chamo oportunidade. E é isso que qualquer investidor procura...

Porque é que as pessoas continuam a investir no Iraque, na Somália e Irão?

O Doing Business é feito de muitas extrapolações de dados!



### Leandro Brito De Pinho

Continuamos a fazer operações de cosmética... De nada vale um bom frasco, com um bom rótulo se o conteúdo for podre.. Temos de assumir que a mudança será lenta, será difícil e deixar de correr a pensar nas próximas eleições. É preciso um pacto de regime entre governo e oposição que garanta um plano director para o país e que seja implementado qualquer que seja o partido no poder. Depois disso é preciso perceber de uma vez por todas que o investimento internacional vem por consequência de uma economia forte e estável e isso só se vai conseguir se o empresariado nacional for fortalecido. Depois disso é preciso perceber que o empresariado não se fortace com esmolas nem com financiamentos a base de decretos presidenciais. É preciso que os bancos não vejam outra forma de ganhar dinheiro que não seja investir nos projectos de produção local. A partir daí as coisas irão começar a alinhar de forma lenta mas consolidada.



# Jorge Correia

Governantes gostam de gastar dinheiro e viver na ilusão. Para eles o país vai bem! Onde já se viu atrair investimento estrangeiro quando nos últimos 10 meses houve aumento de impostos em tudo?! Para pagar serviços lá fora é missão impossível, inflação descontrolada... enfim

# Covid-19



**EM BERLIM** 

# Protestos contra restrições

Cerca de 20 mil pessoas protestaram junto da Porta de Brandemburgo, em Berlim, contra as restrições impostas para conter a pandemia da covid-19. O governo regional de Berlim proibiu a manifestação, justificando que, em protestos semelhantes realizados nas últimas semanas, os manifestantes não respeitaram regras como o uso de máscara ou o distanciamento. No entanto, os organizadores recorreram à justiça e um tribunal autorizou a manifestação. O tribunal determinou que o uso de máscara no protesto não é obrigatório, mas que os participantes devem manter uma distância de 1,5 metros entre si, o que as imagens mostram não estar a ser respeitado. O protesto, intitulado 'Festa da liberdade e da paz', reúne "pensadores livres", activistas anti--vacinas, adeptos das teorias da conspiração, militantes da extrema-direita ou até comerciantes que se sentem prejudicados pelas restrições. "Não sou simpatizante da extrema-direita, estou aqui para defender as liberdades fundamentais", afirmou um manifestante de 43 anos, , ouvido pela agência France-Presse (AFP). O protesto ocorre numa altura em que a Alemanha regista um

novo aumento de casos com uma

média de 1.500 contágios/dia.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO

# BNA está a trabalhar com apenas 35% do pessoal

(BNA) anunciou que está a trabalhar de forma presencial com cerca de 35% do seu efectivo, devido à covid-19, que "obrigou a uma mudança e transformação" centrada na segurança dos colaboradores. Segundo a administradora do BNA para o Capital Humano, Beatriz dos Santos, os 35% dos cerca de 1.700 trabalhadores efectivos da instituição estão com melhores condições de trabalho remoto para continuarem a servir e manter a circulação monetária. "Tivemos de adquirir computadores, investir na segurança de informação e hoje já conseguimos, com esse efectivo, servir a população com alguma

O Banco Nacional de Angola

normalidade", afirmou em declarações aos jornalistas. No período do estado de emergência, que decorreu entre 27 de Março e 25 de Maio, para conter a propagação da covid-19 em Angola, o BNA contava apenas com 25% do efectivo a trabalhar de forma presencial. A responsável reconheceu que o período de crise, imposto para pandemia do novo coronavírus, teve impacto nas acções do banco, situação que concorreu para a redução do número de funcionários presencial. atriz dos Santos falava à margem de uma conferência sobre 'Gestão do Capital Humano em Tempos de Crise' promovida, em Luanda, pelo BNA.





POR CAUSA DA PANDEMIA

# Feira da batata e do milho decorre com restrições

A II Edição da Feira da Batata e do Milho/2020 abriu nos nove municípios do Bié para assinalar as festividades do 85.º aniversário da criação do Bié, que decorrem desde 15 deste mês em simultâneo, num figurino de fortes restrições devido à Covid-19.

Na feira vão estar em exposição de diversos produtos agrícolas. Serão também promovidos Workshops sobre a 'A Agricultura e os Desafios do Século XXI em Angola'.

Temas como 'As Cooperativas e as Associações Agrícolas como fonte de Alavancamento da Produção Interna' e 'A Agricultura e as Novas Técnicas de Cultivo' serão também apresentados pelos directores dos Gabinetes Provinciais para o Desenvolvimento Económico Integrado e da Agricultura, Pecuária e Pescas, respectivamente, Anacleta Leonardo e Marcolino Sandemba.

As feiras decorrem sob o lema "Bié apoia a produção e comercialização sustentável" e visam escoar e comercializar a produção local". A feira conta apenas com produtores locais.

# DECLARADA A 11.ª DESDE MARÇO

# Argentina tem a quarentena mais prolongada do mundo

O presidente argentino anunciou nova extensão, por três semanas, daquela que é a quarentena mais prolongada do mundo e que chegará a pelo menos 184 dias, com especial preocupação com o interior do país, onde o coronavírus avança.

Alberto Fernández numa mensagem gravada declarou que está ciente do cansaço social depois de 162 dias de um isolamento iniciado em 20 de Março. O presidente preferiu não se expor a uma conferência de imprensa e não usou o termo 'quarentena' para se referir a uma nova extensão, a 11.ª, e que, desta vez, foi por três semanas, quando habitualmente os anúncios envolvem duas semanas.

O anúncio acontece quando o

país passou, nos últimos três dias, a superar os dez mil contágios diários, registando, nas últimas 24 horas, o recorde histórico de 11.717 novos contágios, mesmo sendo o país que menos testes realiza na região, apenas à frente de Bolívia, Equador, Guiana e Suriname, respetivamente.

A Argentina tem 392 mil casos registados e 8.271 mortos.



**SEGUNDO ECDC** 

sequências no desenvolvimento

# Escolas devem reabrir, mas teletrabalho deve continuar

O Centro Europeu para Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) considera que as escolas podem reabrir em Setembro na Europa, dado não se terem registado muitos surtos nestes estabelecimentos, mas aconselha as empresas a manterem o teletra-

Em entrevista à agência Lusa, o chefe-adjunto do programa de doenças do ECDC, Piotr Kramarz, considera que "os países deverão abrir as escolas [em Setembro] e sugerimos algumas medidas para serem adoptadas,

que devem ser coerentes com as restantes regras da comunidade, como tentar aumentar o distanciamento físico entre alunos", acrescenta o cientista. Numa altura em que vários países europeus preparam o regresso físico às aulas e ao trabalho presencial, que estiveram suspensos para serem realizados à distância durante vários meses devido às regras de contenção contra a pandemia de covid-19, Piotr Kramarz defende que "o teletrabalho é uma medida que deve continuar a ser considerada

nos próximos tempos". "Especialmente agora que estamos a assistir a aumentos nos números", destaca. Situação diferente da dos estabelecimentos de ensino, segundo Piotr Kramarz. "Embora haja bastante incógnitas, não houve muitos surtos [de covid-19] em escolas, talvez porque as crianças não ficam frequentemente doentes", o que demonstra então que "esta não é a maior fonte de propagação da pandemia e, por outro lado, fechar as escolas teve graves con-

das crianças, não só em termos de aprendizagem, mas também na dimensão social", frisa. No que toca à protecção individual, Piotr Kramarz frisa que "tem de haver materiais para a frequente higienização das mãos" nas salas de aula, além de destacar que poderá ser considerada a imposição de máscaras faciais para os estudantes mais velhos. "O tempo também demonstrou a eficácia das máscaras faciais em evitar a propagação do vírus, mas esse é um desafio nas escolas. Há países que estão a considerar a imposição de máscaras nalguns locais das escolas, mas talvez não para os mais pequenos, mais para os mais velhos e para os funcionários e professores", indica o especialista. Com a adopção destas medidas, "as escolas não serão a maior origem de propagação, mas claro que continuaremos atentos", assegura o cientista do ECDC. Iá no local de trabalho, torna-se mais difícil "aumentar o distanciamento físico", nomeadamente

em escritórios, argumenta Piotr

Kramarz, sugerindo por isso a manutenção do trabalho remoto.



## **PANDEMIA**

# Impede distribuição de lucro na banca

Os sete bancos cabo-verdianos que podem trabalhar com clientes residentes no arquipélago somaram lucros recorde superiores a 30 milhões de euros o ano passado, mas os riscos associados à pandemia impediram a distribuição de dividendos pelos accionistas.

Segundo dados das contas dos sete bancos, aprovadas nas últimas semanas e compilados pela agência noticiosa Lusa, em 2019, praticamente todas as instituições registaram resultados recorde e não há prejuízos, contrariamente a 2018.

Metade dos lucros da banca cabo-verdiana em 2019, que fechou o ano com um recorde de 1.333 trabalhadores, está concentrada em dois bancos da Caixa Geral de Depósitos (CGD), casos do Banco Comercial do Atlântico (BCA), que o grupo português pretende vender, e do Banco Interatlântico.

O Banco de Cabo Verde (BCV) avançou em Março com um conjunto de decisões para reforçar a liquidez e solidez do sistema financeiro do arquipélago, antevendo os efeitos da pandemia da covid-19 e avançando com um regime de moratórias no pagamento de crédito.



# COM O REGISTO DE CASOS EM OUTRAS PROVÍNCIAS

# UNITA defende fim da cerca sanitária em Luanda

A UNITA, o maior partido na oposição, sugeriu o levantamento da cerca sanitária em Luanda, pelo facto de haver vários casos positivos em quase todas as províncias.

Segundo o secretário provincial de Luanda do partido, Manuel Ekuikui, o partido entende que "já não faz sentido" a cerca sanitária e ter muita gente a perder emprego, quando já há casos positivos em quase todas as províncias do país.

O político falava à imprensa, no final de um encontro que a governadora de Luanda, Joana Lina, teve com os representantes dos partidos políticos sediados em Luanda.

Segundo o também deputado, a cerca sanitária está a criar muitos constrangimentos à população de baixa renda e até de alta renda, porque os empresários estão a fechar as empresas por não haver circulação em Luanda.



22 Valor Económico Segunda-Feira 31 de Agosto 2020

# Marcas & Estilos



# **Deliciosamente quente**

O HeatTHAT mantém o molho deliciosamente quente e saboroso por pelo menos mais de 30 minutos. Basta colocar a base isolada de silicone no micro-ondas por 60 segundos, colocá-la sob a molheira correspondente e aproveitar cada gota bem quente.



# **Refinados e resistentes**

Para o design, foi necessário juntar à equipa o designer holandês Piet Hein Eek. A visão incomparável de Piet sobre design e a abordagem bruta, industrial e sofisticada do LEFF Amsterdam fazem desta colecção de relógios refinados e resistentes uma obra incrível.



# AUTOMÓVEL

# Proibido não sonhar

O conceito da Genesis Essentia abriu o caminho para modelos mais exigentes no futuro, com uma nova equipa a demonstrar as habilidades. O conceito Essentia estreia um veículo GT totalmente com nova tecnologia de bateria, com um tempo de 0 a 100 km/h em torno de 3,0 segundos.

O Genesis planeia lançar um novo modelo a cada ano pelos próximos cinco anos, com o Essentia potencialmente a entrar em produção até 2021/2022, se receber luz verde dos mestres.

### **AGENDA**

### LUANDA

### DE SETEMBRO

Prémios Angola Fashion Awards 2020. Composto por 32 categorias vai galardoar "os melhores" fazedores de moda do país. O mesmo poderá ser transmitido em directo, na TV Zimbo.

## 5 SETEMBRO

'Live Tributo ao Sebem'com a presença de vários músicos, a partir das 14h30. O evento vai ser transmitido nas redes sociais e na TV Zimbo.

### 26 DE SETEMBRO

1.ª Edição da Feira Internacional da Moda no Estádio Municipal dos Coqueiros, a partir das 16 horas.

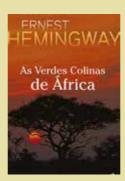
### ENTRE 6 E 10 DE OUTUBRO

Feira Internacional de Luanda, na Zona Económica Especial (ZEE).

### **LIVROS**



Em Este Vírus Que Nos Enlouquece, Bernard-Henri Lévy contesta os que querem aproveitar o coronavírus para arrasar o que a civilização ocidental tem de melhor.



As Verdes Colinas de Africa, de Ernest Hemingway divide-se em quatro partes: "caça e conversa", "caça recordada", "caça e derrota", e "caça e felicidade". História de três caçadas com êxito ao leão, ao búfalo e ao rinoceronte, e uma longa caçada, apenas em parte bem sucedida, ao antílope.



### TURISMO

# Entre ruas e paralelepípedos

Quebec é a cidade mais antiga do Canadá e a capital da cultura francesa no continente. Embora a maioria da população tenha o francês como língua materna, flui igualmente a comunicação em inglês. A cidade é um verdadeiro charme, com ares europeus, casas antigas, capelas históricas, ruas de paralelepípedo, pontes de pedras, castelos e muito mais.

É no Quebec que se concentram muitos pontos turísticos. Aqui está o Château Frontenac, um castelo magnífico onde está instalado um hotel super luxuoso, e o Terrasse Dufferin, basicamente um enorme terraço que propõe uma vista muito bonita do rio São Lourenço.

A grandiosidade do edifício do Hôtel du Parlement é o que mais chama atenção. Tem lindíssimos jardins ornamentados e muito bem cuidados. Dentro, o luxo e a opulência juntam-se para criar um ambiente requintado.

Segunda-Feira 31 de Agosto 2020 Valor Económico | 23

# Tecnologia & Ambiente

DEFENDE SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

# Combate climático pode ajudar recuperação da crise

SUSTENTABILIDADE. Solução pode passar por governos e indústrias investirem em empregos verdes, não salvarem indústrias poluentes, terminarem com os subsídios para os combustíveis fósseis e terem em conta os riscos climáticos em todas as decisões financeiras e políticas.

Por Redacção

secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) defende seis acções que os governos devem implementar para recuperar de forma sustentável dos impactos da pandemia da covid-19, com vista ao combate às alterações climáticas.

Guterres apelou na sexta-feira para a "transformação dos sistemas económicos, de energia e de saúde", e defendeu um conjunto de seis "acções positivas para o clima", que também servem para recuperar do impacto da pandemia.

Numa palestra em memória do tecnocrata e empresário industrial indiano Darbari Seth (1920-1999), que se realizou em Nova Deli, o mais alto mandatário da ONU defendeu que o melhor, para os governos e as indústrias, é "investir em empregos verdes, não salvar indústrias poluentes, terminar com os subsídios para os combustíveis fósseis, ter em conta os riscos climáticos em todas as decisões

# MEMORIZE

Para António Guterres, as "crises gémeas da covid-19 e alterações climáticas" sublinharam ainda mais a necessidade de reduzir a poluição e a dependência de combustíveis fósseis, para investir em fontes de energia renováveis e limpas.

financeiras e políticas, trabalhar em conjunto e, "acima de tudo, não deixar ninguém para trás".

António Guterres sustentou que, durante a recuperação da pandemia, mais de 270 milhões de pessoas podiam ter passado a ter acesso à electricidade e mais de nove milhões de empregos poderiam ter sido criados se houvesse investimentos em energia renovável, eficiência energética e transporte amigo do ambiente.

Para Guterres, as "crises gémeas da covid-19 e alterações climáticas" sublinharam ainda mais a necessidade de reduzir a poluição e a dependência de combustíveis fósseis, para investir em fontes de energia renováveis e limpas.

aquecimento global deve manter-se muito abaixo de um aumento de 2°C.

Para o chefe da ONU, os guias da transformação devem ser a redução da pobreza e o acesso universal a energia renovável, tal como defendido por Darbari Seth, fundador do Instituto de Energias e Recursos da Índia. "Continuarei a exortar todos os países, especialmente os países do G20, a se comprometerem com a neutralidade de carbono antes de 2050 e a apresentarem, bem antes da Conferência sobre o clima COP26, contribuições nacionais

mais ambiciosas e determinadas e estratégias de longo prazo que estejam alinhadas com a meta de 1,5 graus Célsius", disse Guterres.

O secretário-geral da ONU defendeu que as medidas também passam por acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis, colocar um preço na poluição com dióxido de carbono e assumir compromissos de não utilizar combustíveis fósseis depois de 2020.

O responsável considerou que a Índia está a ir nessa direcção, com mais despesa no uso da energia solar do que em combustíveis fósseis, o que pode vir a ajudar o país a tornar-se "numa verdadeira superpotência no combate às alterações climáticas". Mas, apesar de o país dar electricidade a 95% da população, 64 milhões de habitantes ainda não têm acesso, referiu António Guterres.

O português elogiou países como a Alemanha, Coreia do Sul, Nigéria ou Reino Unido, que "estão a acelerar a descarbonização das suas economias" nos planos de estímulo e investimentos, em resposta à crise sanitária.

Para o secretário-geral da ONU, esses países estão "a passar dos combustíveis fósseis insustentáveis para [energias] renováveis limpas e eficientes", e a investir em soluções de armazenamento de energia, como hidrogénio verde.

Ainda assim, existem "tendências negativas", como pacotes de recuperação dos países do G20 em que as energias limpas recebem menos de metade do dinheiro dos combustíveis fósseis, o que o secretário-geral acusa de "não fazer sentido comercial".

"Esta estratégia só vai levar a uma maior contracção económica no futuro e a consequências prejudiciais à saúde", declarou António Guterres, referindo que existem mais provas do que nunca de que a poluição do ar provoca doenças pulmonares como asma, pneumonia e cancro dos pulmões.

Este ano, investigadores nos Estados Unidos concluíram que pessoas que vivem em regiões com altos níveis de poluição do ar têm maior probabilidade de morrer de Covid-19, referiu.

"Se as emissões de combustíveis fósseis fossem eliminadas, a expectativa geral de vida poderia aumentar em mais de 20 meses, evitando 5,5 milhões de mortes por ano em todo o mundo", acrescentou o antigo primeiro-ministro português.

Valor Económico Segunda-Feira 31 de Agosto 2020

### **NÚMEROS DA SEMANA**

3

Milhões de dólares, montante a ser disponibilizado pelo Centro de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA, para o apoio à resposta à covid-19 em Angola.

15

Mil milhões de kwanzas, verba que o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (Fada) vai disponibilizar para financiar a produção agrícola familiar, na campanha agrícola 2020/2021, em Angola.

630

Milhões de dólares, valor disponibilizado pelo Governo para a reabilitação e ampliação de 630 quilómetros, incluindo 10 pontes, do troço Malanje/Saurimo (Lunda-Sul), na Estrada Nacional 230.

27,6

Percentagem de estabelecimentos de alojamento turístico que terão estado encerrados ou não registaram movimento de hóspedes em Julho em Portugal.

# 'Caso São Vicente' reforça necessidade de auditoria na Sonangol

ois antigos administradores da Sonangol defendem que o 'caso 900 milhões de São Vicente' é daqueles que justificam a realização de uma auditoria às contas da petrolífera, argumentando com suspeitas de se tratar de recursos saídos da empresa pública, "através de esquemas encobertos em operações aparentemente regulares".

Lembrando que os custos com o seguro reduziram em cerca de 50%, após a AAA deixar de ser a seguradora da Sonangol, os dois antigos gestores, que comentaram o caso em anonimato, referem que chegavam à petrolífera facturas com custos 10 vezes superiores ao que seriam os valores do mercado.

Uma análise do VALOR aos relatórios e contas da Sonangol mostram que os custos com o seguro da petrolífera reduziram cerca de 47% depois de a AAA perder o monopólio do seguro petroquímico, passando de 4.791.056 para 2.552.122 mil kwanzas de 2016 para 2017.

Em Março de 2016, a AAA perdeu o monopólio do seguro das actividades petrolíferas que abrangia os seguros pessoais e patrimoniais das empresas do ramo petrolífero. Neste mesmo ano, a Sonangol, que passou a ser liderada por Isabel do Santos, aprovou um programa, Sonalight, centrado na redução de despesa com fornecimentos e serviços externos, através da negociação de contratos (como ocorreu na subsidiária Pesquisa & Produção), centralização de volumes (como a manutenção de edifícios) e racionalização de gastos, a exemplo dos seguros. A redução de custos com recursos humanos, através do dimensionamento das operações, como o Shipping, e revisão da política de compensações, como foi o caso dos subsídios também constaram entre as tarefas do plano. "O programa Sonalight já identificou 1,2 biliões de dólares e permitiu a implementação de mais de 315 milhões de dólares de poupanças anuais parte das quais em 2016", lê-se por exemplo no relatório referente ao exercício de 2016.

Um dos administradores citados assegura que o fim do monopólio da AAA no mercado petrolífero é um dos dossiers que só foi possível com a entrada de Isabel dos Santos na petrolífera, visto que "era um negócio que todos sabiam, mas poucos tinham poder para acabar". "É ingenuidade acreditar que era um negócio que apenas beneficiava Carlos São Vicente. E, como este, existem outros, daí a sugestão da auditoria", precisa.





# Arquitectura quer 'furo' no PRODESI

presidente da Ordem

dos Arquitectos de Angola (OA), Celestino Chitonho, quer inverter o facto de grande parte das obras de construção civil no país "serem feitas com 90% dos materiais importados". E argumenta que, para se atingir esse objectivo, o desafio tem que ver com "a transformação da arquitectura num produto do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi)". Celestino Chitonho nota que cerca de 90 dos materiais utilizados na construção da Centralidade do Kilamba foram importados da China. "E outros 90% para o 'Nova Vida' vieram da África do Sul, ocorrendo o mesmo com as casas do Talatona erguidas pelos brasileiros", explica, defendendo que "isso só potenciou as

economias desses países". O também arquitecto quer que o Governo assuma a marcha da inversão dessa prática, sendo que a própria OA "já está a fazer a sua parte, com um trabalho profundo de constatação junto dos gabinetes de arquitectura, para se saber quem lá está como arquitecto e as condições existentes para receber estagiários". Com isso, "pretende-se que os arquitectos estejam ao serviço do desenvolvimento, ou seja, estamos a sensibilizá-los para a lógica de inverter o quadro em que, nos seus projectos, em vez de indicar materiais importados, se decidam pelas empresas locais, sendo uma forma de as potenciar para trabalhar mais e com mais qualidade".

Os argumentos de razão da OA já estão em documento a ser entregue em Setembro aos ministérios da Economia e Planeamento e do Comércio e Indústria, segundo Celestino Chitonho.

# Sonangol coloca à venda dois hotéis

A petrolífera estatal abriu um concurso público para a venda de dois hotéis, nomeadamente o de Convenções de Talatona e o de Florença, ambos localizados na zona de Talatona, em Luanda. As candidaturas terminam a 16 de Outubro, às 11 horas, e estão aberta a entidades nacionais e estrangeiras.

Com o prazo de apresentação das propostas fixado para até 4 de Dezembro deste ano, a Sonangol impôs uma caução provisória de 60 mil dólares ou o equivalente em kwanzas, de acordo a taxa de câmbio do Banco Nacional de Angola.

A venda das duas unidades hoteleiras alinha-se ao programa de privatizações de activos do Estado e de desinvestimento fora do core business da petrolífera.